

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/08/2019

- [Fórum da Infância e da Juventude discute condição das pessoas intersexo](#)
- [Escolas dos EUA que adotaram prática da Justiça Restaurativa registraram menor incidência de 'bullying', segundo psicóloga](#)
- [Juiz clama compromisso e políticas voltadas à Infância e Juventude em Conferência estadual](#)
- [Candidaturas ao Conselho Tutelar de Pedra precisam ser investigadas](#)
- [Petrobras lança iniciativa voltada para a Primeira Infância](#)

Assunto: Fórum da Infância e da Juventude discute condição das pessoas intersexo

Fonte: CNJ

Data: 22/08/2019



Homens incapazes de produzir espermatozoides, adolescentes meninos que passam a sentir cólicas e menstruam, bebês masculinos registrados com nomes femininos. Esses são casos de pessoas que nasceram com genitália atípica, foram submetidas quando bebês a cirurgias reparadoras e que descobriram, posteriormente, serem de sexo distinto do qual foram registrados.

Essa realidade, que trata do nascimento, registro e vida em sociedade dessas pessoas, foi discutida por integrantes do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O encontro realizado nesta quarta-feira (21/8) reuniu médicos, magistrados e representantes de pessoas intersexo.

A questão é complexa e abrange a saúde dos bebês no momento de seu nascimento, sua identidade, tratamento médico subsequente, dificuldades da família com recém-nascido com genitália atípica, falta de conhecimento da sociedade em relação ao tema e a forma como as áreas médica e jurídica podem atuar para assegurar os direitos desses indivíduos.

“Este é o início de um debate que é amplo e multifatorial. Vamos continuar nessa discussão para chegarmos, se não a um consenso, a um bom resultado para a felicidade dessas crianças e para um mundo em que o direito ande aliado à dignidade das pessoas”, disse o conselheiro Luciano Frota, presidente do Foninj.

Registro civil

Uma das dificuldades enfrentadas por essas famílias é a forma de registro civil desses bebês. Conforme expôs Thais Emília de Campos, professora universitária e mãe de uma criança intersexo, as maternidades não estão preparadas para preencher a “Declaração de Nascido Vivo”.

Nesse documento, há três campos para registro do sexo: masculino, feminino e ignorado. No entanto, ainda que conste uma terceira opção para o registro de bebês que nascem sem o sexo definido, os hospitais seguem fazendo cirurgias tidas como reparadoras a fim de adaptar os recém-nascidos ao sexo masculino ou feminino em decisões que não consideram as implicações futuras dessas intervenções e, em vários casos, à revelia das famílias.

No centro desse debate está a questão da proteção e garantia dos direitos das pessoas intersexo e da importância de não serem tratadas como portadores de anomalias. “Não somos corpos anômolos. Há necessidade dos corpos intersexo serem legitimados em vida”, afirma Amiel Modesto, diretor da Associação Brasileira Intersexo.

Amiel, com 37 anos, se descobriu pessoa intersexo aos 33 ao ter acesso a uma carta em que constava o segredo da cirurgia para definição de sexo quando ele tinha sete meses. “Só a partir disso pude começar a entender minhas questões internas e externas.”

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 1,7% da população mundial é formada por pessoas intersexo, em um dado tido como subestimado. Para a avaliação da Associação Brasileira Intersexo, as cirurgias para definição de sexo em bebês com genitália atípica foram e continuam sendo feitas sem serem analisadas pelos comitês de bioética das instituições hospitalares.

Direitos e proteção

No Brasil, um dos debates mais profundos sobre esse tema vem sendo feito por profissionais do Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul. Os casos de crianças nascidas com sexo atípico e as consequências para a família, em termos de tratamento médico, levaram a unidade hospitalar a instituir um provimento a fim de facilitar trâmites burocráticos em situações tratadas pelo Núcleo de Bioética.

Essa experiência foi relatada pelos médicos José Roberto Goldim e Eduardo Correa da Costa. “A questão em jogo é a proteção a essas pessoas com direito a um encaminhamento adequado de suas demandas”, disse José Roberto Goldim.

Eduardo Correa, que é cirurgião, informou que um bebê com genitália atípica traz para a família a dificuldade em lidar com a incerteza do sexo do indivíduo, chamando a atenção para o aspecto multidisciplinar do tema.

Em muitos casos, informou, além da genitália atípica, esses bebês nascem com enfermidades a serem tratadas de forma emergencial. Atualmente, o Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul faz o acompanhamento de 160 pacientes intersexo, mediante um protocolo específico para esses casos.

O Poder Judiciário gaúcho também é pioneiro no assunto. Em junho, a Corregedoria-Geral de Justiça publicou provimento inédito que visa a garantia de acesso a direitos dos bebês e das

famílias e o resguardo psíquico dos envolvidos. Na prática, o normativo cria novos artigos na Consolidação Normativa Notarial e Registral do Rio Grande do Sul (CNNR/RS), trazendo a possibilidade de se lançar no registro de nascimento o sexo como ignorado, conforme a Declaração de Nascido Vivo, e a opção para o declarante do nascimento de que no campo destinado ao nome passe a constar a expressão "*RN de*"(Recém-Nascido de), seguido do nome de um ou ambos os genitores.

Falta comunicação

O olhar da magistratura sobre o tema foi abordado pela juíza Camila de Mello, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que, assim como Thais Emília de Campos, abordou o registro civil dessas pessoas.

“A Declaração Nascido Vivo é essencial para o registro civil e surpreendentemente, as maternidades não marcam a possibilidade do ‘sexo ignorado’. Falta comunicação e informação e há a crença de que o registro como sexo ignorado possa ser negativo para a criança. ”

Também participaram da reunião as conselheiras do CNJ Cristiana Ziouva e Daldice Santana, a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Lívia Cristina Marques Peres, o secretário de Programas Especiais do CNJ, Richard Pae Kim, a corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, desembargadora Denise de Oliveira, além de membros do Foninj.

O debate, segundo os participantes, expõe a necessidade de dar visibilidade às necessidades das pessoas intersexo. Diante disso, o conselheiro Luciano Frota informou que o Fórum Nacional da Infância e da Juventude vai agendar outros encontros e que será considerada a possibilidade de se ter regulamentação sobre esse tema para o Poder Judiciário.

Assunto: Escolas dos EUA que adotaram prática da Justiça Restaurativa registraram menor incidência de ‘bullying’, segundo psicóloga

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 22/08/2019



Manaus (AM) – Escolas norte-americanas que aplicaram o método da Justiça Restaurativa demonstraram menor incidência de ‘bullying’ entre os seus alunos. Elas também registraram um baixo índice de evasão escolar e maior “sensação de pertencimento” e de bem-estar entre estudantes e professores. Esses dados constam em pesquisa realizada durante dez anos com essas escolas e mencionada pela psicóloga Aline Fioravante, que foi palestrante no 1º Seminário Amazonense de Justiça Restaurativa, realizado na última terça-feira (20/8), em Manaus.

O evento, uma iniciativa Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam) e Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Manaus (VEMS), reuniu quase 1,1 mil participantes, entre acadêmicos, professores, operadores do Direito e servidores do Poder Judiciário e do Governo do Estado, que lotaram o auditório Nina Lins, da Universidade Nilton Lins, no Parque das Laranjeiras, zona Centro-Sul de Manaus, sendo que a maior parte da plateia era formada por alunos da Escola Superior Batista do Amazonas (Esmam), sob a coordenação da professora Sônia Barros de Carvalho, do Curso de Direito da instituição.

“A Justiça Restaurativa ainda não tem sido sistematizada com rigor quantitativo no Brasil, mas aos poucos vem apresentando alguns avanços que nos dão esperança para uma melhora no cenário nacional”, explicou Aline Fioravante, conciliadora e mediadora judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A prática da Justiça Restaurativa é um procedimento que prioriza o diálogo entre os envolvidos na relação conflituosa com o objetivo de construir, forma conjunta e voluntária, a solução mais adequada ao problema.

A psicóloga, durante a palestra, abordou ainda algumas normatizações relacionadas à Justiça Restaurativa, como a Resolução nº 2002/12, da Organização das Nações Unidas (ONU). “O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas definiu os princípios básicos para utilização da Justiça Restaurativa. A resolução estabelece que os Estados membros ‘devem estudar o estabelecimento de diretrizes e padrões, na legislação, quando necessário, que regulem a adoção de programas de Justiça Restaurativa’”, completou.

Evento

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), o desembargador Yedo Simões de Oliveira, que participou da abertura do seminário, comentou que a Justiça Restaurativa vem sendo aplicada pela Corte de Justiça amazonense. “Estamos com o tema Justiça Restaurativa há algum tempo em debate e o juiz Luís Cláudio Chaves está à frente dessa nova metodologia de solução de conflitos, método esse que vai além da prestação jurisdicional, pois tenta reaver uma paz na sociedade, mostrando nova perspectiva com o uso de técnicas psicológicas. A intenção é proporcionar soluções não só judiciais, mas sim encontrar a paz entre as pessoas envolvidas em determinado conflito, identificar o problema e resolver da melhor forma possível”, explicou Yedo Simões.

Representando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Peres da Costa, coordenador do programa Justiça Presente do CNJ, elogiou a iniciativa. “A nossa presença visa prestigiar o evento e parabenizar o Tribunal de Justiça, a Escola da Magistratura e o juiz Luís Cláudio por esse trabalho. O nosso entendimento sobre o método de Justiça Restaurativa é que promove alternativas para uma melhor medida perante à Justiça, seja para execução criminal ou juvenil no âmbito das medidas sócias educativas”, explicou Ricardo Peres.

O juiz titular da VEMS, Luís Cláudio Chaves, comentou a importância de trazer um evento para o meio acadêmico com o intuito de discutir o método de Justiça Restaurativa, para quase 1,1 mil pessoas. “A nossa atividade divide-se em dois momentos: o primeiro, com este seminário, estaremos divulgando a prática da Justiça Restaurativa que muitas vezes as pessoas apenas ouvem falar, mas de fato não conhecem, justamente por não haver o contato científico com o tema; e segundo momento, nós iremos tratar, através de um curso fechado, da formação de facilitadores em círculos de construção de paz, ou seja, vamos capacitar equipes dos centros socioeducativos (meio fechado), com a presença de servidores do interior do Estado e do sistema prisional”, observou o magistrado.

São 40 vagas para o Curso de Formação para Facilitadores em Círculos de Construção de Paz e a participação é gratuita.

O coordenador-geral de Cursos da Esmam, juiz de Direito Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, reforçou que o papel da Escola da Magistratura é apoiar o debate de temas importantes como a Justiça Restaurativa. “Essa visão diferenciada do método de Justiça Restaurativa é muito importante para a sociedade. Existem situações que podem ser resolvidas por meio do diálogo, com todas as etapas de que o método dispõe, evitando consequências entre famílias ou conhecidos que podem ser irreversíveis”, finalizou.

A realização do evento, bem como a escolha do tema dentro do ambiente acadêmico foi muito elogiada pelos professores Sônia Barros de Carvalho e Juliano Ralo, respectivamente coordenadores dos cursos de Direito da Esmam e UniNilton Lins.

Curso

O Curso de Formação para Facilitadores em Círculos de Construção de Paz começou a ser ministrado nesta quarta-feira (21/8) e vai até sábado. As aulas, ministradas pela manhã e à tarde, são voltadas exclusivamente aos integrantes das redes de proteção do Estado e dos Municípios e acontecem nas dependências da Escola Superior da Magistratura do Amazonas, localizada no 1º andar do Centro Administrativo Desembargador José Jesus Ferreira Lopes, prédio anexo à sede da Corte Estadual de Justiça – avenida André Araújo, Aleixo, zona Centro-Sul de Manaus.

“O curso tem a finalidade de preparar facilitadores, principalmente para atuarem no interior do Estado. A nossa intenção é trabalhar a formação de 40 facilitadores, pessoas que podem conduzir os ‘círculos de paz’ no interior do Estado, capacitando as equipes dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), e as secretarias da capital e interior na área da Assistência Social”, acrescentou o juiz Luís Cláudio Chaves.

Assunto: Juiz clama compromisso e políticas voltadas à Infância e Juventude em Conferência estadual

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 22/08/2019



O coordenador da Infância e Juventude (Coinju) do Tribunal de Justiça da Paraíba, juiz Adhailton Lacet Porto, clamou, na tarde desta quarta-feira (21), por um maior compromisso ético-político em favor das crianças e adolescentes brasileiras-paraibanas. “Especialmente para com aquelas cujo direito de viver a infância e adolescência com dignidade vem sendo violado e/ou ignorado pelo Estado em suas várias e diferentes formas de Poder e pela Sociedade em geral”, complementou. A fala foi feita durante a abertura da X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba, que está sendo realizada no Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima, na Capital paraibana.

Ao representar o TJPB no evento, o magistrado leu uma carta aberta à sociedade, convidando as instituições e os segmentos da sociedade civil para uma reflexão do significado jurídico e histórico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O documento é fruto de uma construção coletiva da qual a Coinju é signatária.

“Ao longo dos 29 anos de existência do ECA, registram-se no Brasil e na Paraíba conquistas importantes na defesa e garantia dos direitos fundamentais, tais como: à vida, à alimentação, à educação, à cultura, à saúde, ao esporte e lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. Contudo, ainda convivemos com a incompreensão por parte da sociedade e da família e com o descaso do Estado em relação aos propósitos do Estatuto”, afirmou o magistrado, que também é titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

Na Carta, o juiz sustentou que a conjuntura atual brasileira é marcada pelo ataque ao Estado Democrático de Direito, impactando diretamente na redução das políticas públicas e sociais (saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, esporte, lazer e moradia). E lembrou a todos que o ECA surgiu com uma nova concepção de infância e adolescência, vendo as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos regidos pelo princípio da prioridade absoluta.

A presença do magistrado no evento como delegado nato foi solicitada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba (CEDCA). A Conferência segue nesta quinta-feira (22), das 8h às 18h, reunindo todos os integrantes da rede de proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Assunto: Candidaturas ao Conselho Tutelar de Pedra precisam ser investigadas

Fonte: MPPE

Data: 22/08/2019



Em defesa da lisura das eleições para o Conselho Tutelar de Pedra, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que adote as providências necessárias para investigar e suspender candidaturas que estejam fora dos padrões e regras exigidos para o pleito.

Segundo declarações da Secretaria Municipal de Educação, a candidata Juliana Pereira Matias não cumpre o requisito de experiência em atividades com crianças e adolescentes por, no mínimo, um ano, exigido para disputa. Ela declarou ter cumprido tal tempo na função na Escola João Galindo, localizada no distrito de São Pedro do Cordeiro, zona rural de Pedra. Mas o diretor da escola, Dulcinaldo Bezerra, negou.

O MPPE salientou que se deve garantir o direito de ampla defesa e contraditório à candidata, mas que, ao final do processo, decida-se pela exclusão ou não dela de acordo com a verdade apurada.

O promotor de Justiça Raul Lins Sales ainda advertiu que sejam apuradas também eventuais falsidades nas declarações das demais candidaturas. O promotor lembrou que “ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal”.

Assunto: Petrobras lança iniciativa voltada para a Primeira Infância
Fonte: Rede Nacional Primeira Infância
Data: 22/08/2019



A Petrobras lançou, no último dia 21/8, a Iniciativa Petrobras para a Primeira Infância, com o objetivo de promover o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Em evento realizado em sua sede no Rio de Janeiro, a companhia assinou carta de intenções com UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e FGV/CEIPE (Fundação Getúlio Vargas/Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais). Além disso, formalizou sua adesão à Rede Nacional Primeira Infância, que congrega organizações que atuam na promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância.

“O estímulo na primeira infância é extremamente importante para melhorar de forma significativa as oportunidades das crianças na vida adulta. Evidências mostram claramente que crianças que receberam cuidados na primeira infância tiveram melhores oportunidades de vencerem na vida, de serem bons cidadãos e de terem renda mais elevada”, destacou o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que participou da cerimônia que contou também com a presença do ministro da Cidadania, Osmar Terra.

Segundo Osmar Terra, “a política para a primeira infância é a mais importante para trabalhar, porque ela é transformadora”. O ministro também destacou que o trabalho integrado nesta área pode render lições para o resto do Brasil.

Sobre a Iniciativa

A Iniciativa da Petrobras envolve instituições públicas e privadas que já estão presentes na Primeira Infância. Ao invés de criar um novo programa, a companhia vai investir na melhoria da qualidade do ensino na pré-escola, no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e nas OSCs (Organizações da Sociedade Civil).

Serão investidos cerca de R\$ 20 milhões nos próximos três anos em ações de capacitação para profissionais da rede pública de assistência social e ensino; formação para organizações da sociedade civil que atuam na proteção de crianças; palestras para gestantes, pais, responsáveis e tutores; grupos de cuidados sobre a prevenção da violência familiar; disseminação de informações sobre o tema para jornalistas e estudantes de comunicação; além de acompanhamento da implementação do Marco Legal da Primeira Infância.

Os projetos serão realizados por meio de parcerias da área de Responsabilidade Social da Petrobras com instituições de referência: UNESCO, PNUD, FGV/CEIPE e ANDI (Agência de

Notícias dos Direitos da Infância). A companhia também irá formalizar um Termo de Cooperação com a Rice University (Houston, Texas – USA), com a participação do pesquisador Flávio Cunha, para apoio na avaliação de impacto das iniciativas.

A partir da integração destas ações, será possível potencializar os resultados dos projetos no longo prazo, os quais serão documentados por meio do monitoramento de indicadores e ferramentas de avaliação de impacto.

Nesta fase piloto, serão implantadas ações em quatro cidades e, nos próximos três anos, a Iniciativa será estendida a mais onze municípios. O objetivo é que esse modelo possa ser replicado em outras localidades a partir dos aprendizados verificados nessa implementação.

A estratégia de seleção dos municípios participantes da Iniciativa considera as seguintes características e requisitos: ser município da área de influência das operações da Petrobras, ter Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ter aderido ao Programa Criança Feliz, ter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e ter OSCs com atuação regional em assistência social direcionada à Primeira Infância.

A importância da Primeira Infância

A Iniciativa Petrobras para a Primeira Infância tem como inspiração o trabalho do economista e Prêmio Nobel James Heckman. Resultados de pesquisas coordenadas por Heckman comprovam que a melhora da qualidade do desenvolvimento na primeira infância é capaz de gerar resultados econômicos e sociais que se sustentam ao longo do tempo. Os estudos também apontam que a taxa de retorno dos investimentos nessa etapa da vida é alta e se reverte na redução da desigualdade social e na possibilidade de uma sociedade mais igualitária.

O presidente Roberto Castello Branco destacou que “a Iniciativa Petrobras para a Primeira Infância é consistente com o objetivo da Petrobras de contribuir de forma positiva para a nossa sociedade e, ao mesmo tempo, com a nossa estratégia de maximizar o retorno sobre os nossos investimentos. É uma forma de gerar valor para nossa companhia e para a sociedade brasileira”.